

A ESCOLA DAQUI COM SABORES DA EUROPA: OS LIVROS DIDÁTICOS NA ESCOLA NORMAL, NO GYMNASIO PARANAENSE E NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

Marlete dos Anjos Silva **Schaffrath** – UNESPAR

Resumo

Aspectos do processo de circulação de livros didáticos na Escola Normal, no Gymnasio Paranaense e no acervo da Biblioteca Pública do Paraná nos primeiros anos da República são o tema central deste texto. Trata-se de resultados parciais de pesquisa bibliográfica e documental cujas fontes foram mobilizadas no campo teórico da História Cultural. A pesquisa conta com documentos oficiais da Instrução Pública do Estado do Paraná, Livros Tombos de Bibliotecas Públicas e escolares e de atas da Congregação de professores. As fontes foram localizadas na Biblioteca Pública do Paraná, no Arquivo Público do Estado do Paraná, nas Bibliotecas do Colégio Estadual do Paraná, do Instituto de Educação Erasmo Pilotto e no Setor de Patrimônio do Colégio Estadual do Paraná. Algumas sínteses possíveis indicam que o fluxo de livros nas instituições e período referidos esteve marcado por uma conjunção de fatores que vão desde o acolhimento de modelos pedagógicos europeus, a conjuntura pedagógica do movimento republicano brasileiro, incluindo as regionalidades da escola paranaense.

Palavras-chave: livros didáticos; ensino secundário; educação paranaense.

A ESCOLA DAQUI COM SABORES DA EUROPA: OS LIVROS DIDÁTICOS NA ESCOLA NORMAL, NO GYMNASIO PARANAENSE E NA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ NOS PRIMEIROS ANOS DA REPÚBLICA

Apresentação

Os modos como o livro chega à escola e se torna didático, assumindo o papel decisivo na escolarização de conhecimentos, e os modos como ele, o livro, se articula com elementos contextuais como a cultura, perspectivas pedagógicas majoritárias (locais e internacionais) e o poder público, são elementos decisivos para discutir questões ligadas à circulação de livros nas escolas. Em torno do livro didático ou da didatização do livro na escola, percebe-se a interposição de outros elementos como a

autoria, a editoração, a autorização e/ou adoção, o empréstimo, assim como as marcas do contexto, como as políticas nacionais e regionais para instrução pública.

A presença de obras didáticas nos acervos escolares das escolas secundárias Curitiba nos anos finais do Período Imperial e o início do Republicano é o mote da pesquisa, cujo recorte permitiu a elaboração desse texto. Os livros didáticos indicados para uso na Escola Normal e no Gymnasio Paranaense nesse período, e o acervo da Biblioteca Pública do Paraná que estava instalada à época no mesmo edifício onde funcionavam as referidas escolas, revelam, dentre outras, as determinações oficiais que organizavam o ensino público nas escolas. Entretanto, para além dos atos executivos e sua intenção de normatizar o que deveria ser lido e ensinado, estamos colocando o livro como protagonista de processos educativos à medida que ele didatizava os conhecimentos, as ideias, os valores e o ensino institucionalizado.

O texto apresentado neste evento é fruto de trabalho de pesquisa bibliográfica e documental que está em fase de andamento. As referências bibliográficas que constituem a pesquisa até o momento foram mobilizadas a partir do campo teórico da História Cultural e abordam os temas da História da escola na sociedade moderna assim como a posição do livro neste contexto. Para o trabalho documental foram pesquisados documentos oficiais do Estado do Paraná como os Relatórios de Secretários da Instrução Pública, Livros Tombos de Bibliotecas Públicas, livros tombos de bibliotecas escolares e atas de reunião da Congregação de professores das escolas, além de exemplares físicos de algumas obras.

Serviram de sede para coleta de dados até o momento, a Biblioteca Pública do Paraná, o Arquivo Público do Estado do Paraná, as Bibliotecas do Colégio Estadual do Paraná e do Instituto de Educação Erasmo Pilotto, em Curitiba. Além desses, foi também um espaço importante para a pesquisa o Setor de Patrimônio do Colégio Estadual do Paraná e o Círculo de Estudos Bandeirantes/PUCPR em Curitiba.

A história do livro na escola

Começamos por uma rápida tentativa de definir o que é um livro didático. Para Lajolo (1991), um livro é considerado didático em função do modo como ele é

recrutado para uso no ensino escolar. A autora defende que o livro didático está sempre associado à orientação de um professor e é, portanto, um impresso que se destina aos alunos e aos professores para a execução de uma atividade escolar ligada ao ensino e a aprendizagem. Então, para ser considerado didático, um livro precisa ser usado, de forma sistemática, no ensino-aprendizagem de um determinado objeto do conhecimento humano, geralmente já consolidado como disciplina escolar.(LAJOLO, 1991, p. 04).

Também consideramos a perspectiva de Munakata (1997), que entende os livros didáticos como aqueles adotados no processo de ensino escolar e que apresentam a característica de acompanhar a seriação e conteúdos de acordo com o programa dos cursos. Já os não-didáticos, mas igualmente de uso escolar, são os adotados como apoio e consulta de professores e alunos nas atividades escolares. A partir dessas definições podemos perceber que os livros na escola podem nascer didáticos, como os elaborados, editados e vendidos para este fim, mas também podem se tornar didáticos, à medida que passam a ser recrutados pela escola para fins de ensino.

A história do livro e de sua divulgação entre as sociedades letradas do mundo desde a medievalidade é bastante complexa, já que abarca muitos elementos históricos e sociais. De fato, o papel do livro como elemento da organização cultural das sociedades envolve uma série de atividades que vão da concepção e autoria, impressão e publicação, aos usos, leitura e interpretação (HALLEWELL, 2012).

A relação do livro com a escola por sua vez, também é marcada por um movimento peculiar, que alia processos históricos e pedagógicos da escola em conjunção com as dinâmicas sociais em tempo e lugar. Se esta é uma história que corre por fora e por dentro da escola, façamos então um aparte historiográfico a fim de demarcar as diferenças entre a história do livro, a história da escola e a história da circulação do livro na escola. Estas histórias certamente se cruzam em alguns momentos, mas elas têm um curso diferenciado no tempo e no lugar social de ocorrência.

Febvre e Martin (2000) explicam foi no século XIII que a produção de livros saiu dos mosteiros e ganhou novos redutos intelectuais. A produção, o comércio e a leitura passaram a se concentrar nas atividades ligadas às universidades europeias que a partir do século XIII criaram um público leitor em torno das atividades que lhes eram próprias. Assim, aumenta o número de pessoas capazes de ler um texto escrito ao invés

de apenas ouvi-lo. Este movimento também deflagra o percurso do livro nas instituições de ensino em geral que passavam cada vez mais a adotá-lo como apoio pedagógico para o professor e para as atividades dos alunos.

Em 1440 Gutemberg¹ inventou a prensa móvel, o que favorecia ainda mais a reproduções de textos, agora impressos em série e não mais copiados um a um. Para prepararem seus cursos os professores passaram a demandar os textos agora comodamente impressos, com comentários de autoridades das áreas e a universidade passou a disponibilizar para consulta em suas bibliotecas (FEBVRE; MARTIN, 2000). Ainda assim, os custos dos textos impressos dificultavam sua aquisição, o que fazia com que se recorresse com frequência aos artífices que faziam cópias baratas dos textos impressos.

Por parte dos alunos, estes também já não podiam prescindir dos livros impressos, uma vez que necessitavam de obras de base para seus estudos. Segundo os autores, os estudantes com recursos suficientes para pagar pelo trabalho dos copistas profissionais que se multiplicaram nos arredores das universidades, adquiriam suas cópias. Os demais continuavam com os apontamentos que faziam nas aulas de ensino oral (FEBVRE; MARTIN, 2000). Assim, os centros universitários europeus tornaram-se verdadeiras corporações de profissionais do livro com a participação de leigos e clérigos. Os autores identificam ainda em relação à difusão do livro, a necessidade de controle intelectual e econômico por parte das universidades que passavam, à medida que o livro ia se difundindo, a organizar formas de fiscalização de conteúdos e cópias.

A constituição da escola como local de circulação de livros específicos para aprendizagens de saberes elementares, moveu-se por interesses diversos, políticos, econômicos e de instituições sociais diversas que motivaram a difusão da cultura escrita e o refinamento de técnicas para a escolarização destes saberes. No século XV, a cultura escrita tornou-se aporte cultural importante para a difusão e o desenvolvimento da atividade mercantil na Europa. A escrita e a aritmética constituíam uma base de serviços imprescindíveis para transações comerciais que envolviam cada vez mais especificações de cálculos, registros, rotas geográficas, etc. (HÉBRARD, 1990).

Enfim, a história dos saberes ou conhecimentos escolares é tão complexa quanto conflituosa. Ela se constituiu ao longo do desenvolvimento das instituições (Igreja,

¹ Por volta de 1440, o alemão Johann Gutenberg inventa um sistema (prensa móvel) baseado em moldes de caracteres ou letras móveis que reproduziam textos impressos em tinta óleo.

Universidade, comércio, Estado) e progrediu do uso restrito dos clérigos ao distintivo de classe entre os leigos burgueses da Europa no século XVIII que desfrutavam dos serviços impressos de divulgação de ideias e cultura.

A escrita e leitura, duas faces do livro na escola, marcaram disputas entre catequese e conhecimento profissional; entre literatura e cristianização; entre Igreja e Estado. Entretanto, para Hébrard (1990), o maior progresso ao longo de séculos de cultura escrita, está na modificação de seu *status*: “uma leitura, portanto, que não é mais um fim, mas uma leitura que é pré-requisito para todas as aprendizagens.” (HÉBRARD, 1990, p.103).

O processo de estruturação de escolas públicas laicas precisava de agentes multiplicadores do intento de universalizar conhecimentos. Na Europa, este modelo de escola recebeu forte impulso com as Revoluções Francesa e Industrial². Neste clima de mudanças, o pensamento pedagógico europeu passou a conceber a educação em novas bases. Ampliar o acesso era parte do projeto modernizador das nações que buscavam se libertar das formas religiosas, sobretudo católicas, de pensar e governar e de preparar o novo homem para a nascente sociedade industrial.

O livro didático na escola brasileira

No Brasil, se tomarmos como referência três etapas distintas de sua história política, a Colônia, o Império e a República e, a partir delas acompanhar o percurso do livro didático como elemento constituinte de práticas escolares, vamos constatar que a trajetória do livro em ambiente escolar dependeu diretamente das ações dos poderes instituídos para a educação pública.

Estas ações eram evidentemente mediadas por relações que se estabeleciam para cada uma das etapas de seu desenvolvimento político. Além de demandas políticas e administrativas, havia também questões ideológicas assim como perspectivas pedagógicas, trazidas à tona na medida em que o impresso de circulação livre (se

² Sobre esse tema ver [HOBSBAWM, E. A Era das Revoluções - 1789-1848](#). 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

diferenciando do impresso que na Europa medieval ficava circunscrito às ordens religiosas) se tornava um potencial veículo ideológico.

Na fase colonial, os livros escolares que aqui circulavam eram os trazidos da Europa pelos Jesuítas para uso em suas escolas. Somente em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, foi que D. João autorizou a montagem dos equipamentos de tipografia que havia trazido consigo de Portugal. Montou-se então a *Impressão Régia*, que prestava serviços á Coroa, mas, impedia o funcionamento de outras tipografias. Sob os auspícios da Imprensa Régia foram editadas diversas obras didáticas. Em 1820, Manuel José de Freitas imprime o *Compêndio de Gramática Inglesa e Portuguesa* que seria o primeiro livro didático impresso no Brasil fora da sujeição à Coroa Portuguesa. Assim, a partir de 1821 a Coroa libera o funcionamento de outras tipografias (LAJOLO E ZILBERMAM, 1999).

No Período Imperial a escola pública brasileira ganhou incremento e moldes mais promissores. A Comissão de Instrução Pública da Assembleia Constituinte de 1823 recebeu a obra do deputado carioca Martin Francisco De Andrada que escreveu *Memórias sobre a reforma dos estudos da capitania de São Paulo*. Esta obra teria sido adaptada da proposta de Condorcet à Assembleia francesa, *Second Mémoire sur l'instruction Publique* de 1792. Contudo, conforme aponta Xavier (1992, p. 24), “enquanto que Condorcet se referia a “sociedade e aos cidadãos”, no Brasil, Andrada se referia a “soberanos e vassalos”. A palavra “igualdade” (*égalité*), usada frequentemente por Condorcet em seu texto, não aparece nenhuma vez na adaptação brasileira. O que confirma a hipótese já levantada anteriormente de que, em se tratando de instrução pública, os modelos estrangeiros eram modificados e adequados às condições políticas, econômicas e culturais próprias de nossa sociedade.

Um dos autores brasileiros a quem foi confiada a nobre missão de instruir pelos livros escolares foi José da Silva Lisboa que, em 1827 escreveu *Escola brasileira ou instrução útil a todas as classes extraída das sagradas escrituras para uso da mocidade*. (BITTENCOURT, 2008). Lisboa tinha nascido no Brasil e era político influente e apoiador dos governos de D. João VI e de D. Pedro I. Sua obra foi dedicada aos professores de primeiras letras e conforme o título denota, sua proposta era a de confirmar os valores morais cristãos entre professores e difundi-los entre os jovens.

Bittencourt (2008), afirma que os livros para uso em escolas durante o Império recebiam o incentivo do governo, pois a legislação previa a distribuição de prêmios aos autores de obras didáticas brasileiras. Títulos e dinheiro eram oferecidos pela Coroa para quem escrevesse ou traduzisse compêndios. Também eram comuns os concursos para a confecção de livros, assim como não era raro o favorecimento de alguns candidatos.

O Brasil, independente de Portugal desde 1822, mantinha uma economia baseada na exportação de produtos agrícolas (principalmente a cana-de-açúcar) para a Inglaterra (COSTA, 1999). As bases da economia agrícola brasileira neste período se davam pelo trabalho escravo e a grande propriedade, em torno do que gravitava uma elite muito apegada e até dependente das estruturas de governo que mantinham esta política econômica.

Para Costa (1999) esta mesma elite, simpática à ideologia da Ilustração, adaptava o pensamento liberal forjado pelas grandes revoluções europeias, a um modo tipicamente brasileiro, conveniente para a manutenção de seus privilégios. Tanto que a libertação dos escravos, por exemplo, não era prerrogativa do desenvolvimento nacional no Brasil e aquela altura, convivia com os discursos acerca do desenvolvimento do país e inclusive da instrução pública generalizada. Daí se depreende que os ideais que moveram os projetos de instrução pública na Europa não foram amplamente adotados no Brasil. Houve sem dúvidas um ajuste seletivo do pensamento educacional europeu em direção a modelos desejáveis, ou adaptáveis para uma peculiar sociedade brasileira.

O processo de transferência ou adaptação de modelos educacionais da metrópole para a colônia, ou de país “adiantado”³ para atrasados foram estandardizados na organização escolar em escala global a partir do século XIX (MADEIRA, 2007). A difusão dos modelos escolares esteve sempre ligada à formação dos Estados-Nação que, a partir da Europa ocidental, difunde o ideário da escola moderna como elemento aglutinador das massas. O princípio era o de que o ensino escolar veicularia conhecimentos e valores favoráveis a uniformização de ideias úteis para manutenção do Estado. Entretanto, segundo a autora, as diferenças locais, podem muitas vezes impor certa incompatibilidade de aplicação de modelos.

³ Como as autoridades brasileiras costumavam se referir a países europeus de economia e cultura mais expressivas, haja vistos os depoimentos em falas e relatórios consultados para esta pesquisa.

No Brasil, desde a constituição de 1823 até as primeiras décadas da República o livro escolar e os projetos de estruturação dos programas curriculares tinham uma vinculação bastante estreita. A diagramação do texto, a sua organização por assuntos, os temas, os capítulos, títulos e subtítulos eram todos voltados para o ensino. Mais tarde os exercícios, os testes e as ilustrações contribuíram de forma decisiva para a fixação de conteúdos escolares e ao mesmo tempo compunham os saberes que iam definindo cada cadeira⁴ ou matéria escolar.

De todo modo, a entrada do livro na escola brasileira se dá, de forma mais sistemática, na medida em que a própria escola pública foi se constituindo desde o Período Imperial. Esse processo evidentemente seguiu a dinâmica social, cultural e econômica da nossa sociedade, que a seu modo, tentava se inserir em determinados padrões de civilidade pelo ensino escolar. Entretanto, a escola, lugar do livro didático por excelência, teve (e tem ainda) a prerrogativa da inserção ou acomodação do livro em suas práticas pedagógicas.

Os livros nas escolas paranaenses

Em aspectos mais gerais da sociedade paranaense, as ações políticas e econômicas podem ser consideradas fatores de promoção de atividades intelectuais do período. As grandes agitações sociais e políticas como a Independência do Brasil, a emancipação da Província em 1853, a 1ª. Guerra Mundial, a abolição da escravatura, a Proclamação da República promoveram mudanças no Paraná. Por outro lado (e talvez pelo mesmo), os conflitos regionais que o Paraná destacadamente viveu como a Guerra do Contestado, além da economia paranaense movida pela indústria de erva-mate, sem dúvidas motivaram e acomodaram a leitura, a escrita, a alfabetização e a escolarização do povo.

O Gymnasio Paranaense e a Escola Normal de Curitiba foram duas importantes instituições de Ensino Secundário no Paraná. Criadas nos anos posteriores a instalação da Província do Paraná (em 1854 e 1876 respectivamente), essas duas escolas tinham, no âmbito do ensino secundário, diferentes papéis em relação à formação de jovens. Enquanto que a Escola Normal se ocupava de preparar

⁴ Nesse texto, com o objetivo de acompanhar a nomenclatura do período estudado, preferimos usar o termo “cadeira” para nos referir às matérias ou disciplinas componentes dos programas de cada curso.

professores para atuar no magistério público elementar (MIGUEL, 2008), o curso oferecido pelo Gymnasio Paranaense era depositário das esperanças de jovens aspirantes de cursos superiores no Brasil e no exterior (TOLEDO, 2005).

Em 1909, a Lei n.º 894 de 19 de abril, normatiza o ensino secundário e estabelece que a Escola Normal fique sediada em edifício separado do Gymnasio, o Estado não fez a recomendada separação e ambos continuaram separados em dois cursos, mas no mesmo local. (MIGUEL;2008). Durante o funcionamento dos dois cursos no mesmo estabelecimento, embora em salas separadas, muitos professores atendiam um e outro curso e em sala, o uso comum de livros era uma prática.

No Paraná, a exemplo de outros estados brasileiros, a literatura pedagógica disponível nas bibliotecas era composta de obras nacionais e estrangeiras, sobretudo as francesas. Das atividades de leitura e escrita na sociedade paranaense, nos interessa sobremaneira aquelas ligadas às escolas secundárias como a Escola Normal e o Gymnasio Paranaense.

Os livros, didáticos por nascimento, ou mesmo os que se tornaram didáticos quando recrutados pela escola para uso nas aulas, eles o eram a partir de uma conseqüente seleção. No Gymnasio Paranaense e na Escola Normal esse trabalho era realizado pela Congregação. Esse conselho, composto por professores das duas escolas e seus diretores, reuniam-se periodicamente, dentre outras coisas, para apresentar, examinar e aprovar o uso dos livros pelos professores das diversas cadeiras que compunham o programa de cada curso⁵.

De todo modo, os livros escolhidos para as escolas passavam pelo crivo e poder institucionalizado que analisava cada obra antes de promover sua distribuição às escolas. Até se onde se apurou pela leitura das atas da Congregação da Escola Normal, as editoras ou autores encaminhavam suas obras para serem apreciadas e escolhidas pela Congregação e só então, o Governo provincial ou estadual passava a mandar imprimir e distribuir o material às escolas.

Um dos acessos de dados sobre a movimentação de livros no ensino secundário paranaense foi permitido pela leitura das atas de reuniões da Congregação do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal. No quadro abaixo (Quadro 01) encontra-se uma relação de livros indicados e aprovados para uso nestas mesmas escolas.

⁵ A Congregação era incumbida pelo Estado de também analisar e aprovar o uso de cartilhas e livros para as escolas públicas de ensino elementar (SCHAFFRATH, 2014).

Quadro 01: Relação de livros prescritos para o Gymnasio Paranaense e Escola Normal entre 1896 e 1906.

| Ano/Matéria | Título | Autor |
|-------------------------|---|--------------------------------|
| 1896/Português | <i>Grammatica</i> | João Ribeiro |
| 1896/Leitura | <i>Revoluções Brasileiras</i> | Gonzaga Duque |
| 1896/História do Brasil | <i>Historia do Brasil</i> | Mattoso Maia |
| 1896/História Universal | <i>Licções de Historia Universal</i> | Dario Vellozo |
| 1896/Geografia | <i>Chorographia do Paraná</i> | Sebastião Paraná |
| 1896/Leituras | <i>Romances</i> | Tito Lívio, Virgílio, Horácio |
| 1899/História Universal | <i>Curso de História dos Estados Americanos</i> | João Manoel Pereira da Silva |
| 1899/História | <i>Compêndio de História</i> | Dario Vellozo |
| 1902/Francês | <i>Genie Du Christianisme</i> | Chateaubriant |
| 1904/Francês | <i>Novissimo Methodo de Francez</i> | [sem indicação de autoria] |
| 1904/Pedagogia | <i>Compendio de Pedagogia</i> | Dario Vellozo |
| 1906/Francês | <i>Nouvelles narrations Françaises</i> | M. Filon |
| 1906/Francês | <i>Grammatica Franceza</i> | F. Halbont |
| 1906/ Educação Física | <i>Homem forte</i> | Capitão Domingos do Nascimento |

Fonte: Actas da Congregação do Gymnasio Paranaense e Escola Normal, anos de 1896 e 1906.

Na listagem acima, destacamos algumas obras indicadas nos cursos do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal entre os anos de 1896 e 1906. Os livros apreciados com os pareceres dos professores-relatores foram indicados para uso neste período. O que se

pode apreender dos dados apresentados é que a adoção dessas bibliografias indica, no mínimo, três aspectos que caracterizam a circulação de livros na escola secundária.

Primeiro, a ênfase nos livros de História que, conforme entende Gasparello (2004) se explica pela necessidade de se construir uma identidade nacional a partir do ensino de História na escola.⁶ Segundo, uma marca regional, posto que cinco dos títulos indicados eram de autoria de professores do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal. O que na verdade era já uma tradição da produção bibliográfica para as escolas no Brasil do final do século XIX, conforme aponta Bittencourt (2004). Essas práticas também deflagram as iniciativas da escola republicana brasileira em circunscrever conteúdos de interesse nacional. Terceiro, ainda neste período mantemos o apreço pelo francês, como matéria a ser dada e como leitura indicada.

Enfim, percebe-se que entre nos títulos utilizados (ou recomendados) no ensino paranaense não havia nenhum ineditismo, em relação às obras consagradas nacionalmente e que se adotava no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro (LORENZ, 2014). Entretanto, há a adoção de obras de autoria de paranaenses, muitos deles, professores na Escola Normal ou no Gymnasio e cuja circularidade não se estendia a outros estados, denotando um projeto intelectual local.

A submissão dos livros nas escolas aos pareceres de autoridades pode ser em princípio, entendida como dispositivo que gera o controle e condicionamento. Contudo, para Chartier (1991) esses mesmos dispositivos geram também táticas que os convertem ou subvertem a uma ordem mais próxima de si ou do grupo. Para o autor,

não há produção cultural que não empregue materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado e que não esteja submetida às vigilâncias e às censuras de quem tem poder sobre as palavras ou os gestos (CHARTIER, 1991, p. 13).

Mas, o fluxo dos livros não se dá apenas pela prescrição nas escolas⁷. Outros olhares investigativos para a sua disposição nas bibliotecas públicas permitem inferir que a presença do livro e por contradição, a sua ausência nas prateleiras, sejam elementos importantes para o estudo desta temática, ainda mais no caso da Biblioteca

⁶ Sobre este assunto na escola paranaense, ver também Toledo (2010).

⁷ Consideramos que o uso dos impressos em sala de aula é tema necessário para os estudos da questão da circulação dos livros na escola, muito embora este ponto não seja tratado neste texto.

Pública que, no Paraná esteve anexa ao prédio da Escola Normal e do Gymnasio Paranaense. Por este motivo abrimos um espaço para entender a composição do acervo da Biblioteca Pública, que por dividir o mesmo espaço físico, se tornava um lugar privilegiado de divulgação de livros e leituras.

A Assembleia Provincial aprova em março de 1857 uma lei⁸ que criava “uma sala destinada a guardar os livros comprados com a quantia de \$ 1.200 (Mil e Duzentos Contos de Réis)” (STRAUBE 2006, p. 13). Este foi o primeiro passo para a organização de uma biblioteca no Paraná. A Biblioteca Pública servia de apoio alunos e professores do curso Normal e do Ginásio. De acordo com Straube (2006) até a data de sua criação em 1857, não havia na recém-criada Província do Paraná nenhuma livraria, tipografia ou mesmo biblioteca que fizesse circular livros em Curitiba.

Sobre as características do acervo desta biblioteca podemos dizer que ele tinha uma marca: a presença de obras estrangeiras, sobretudo francesas. No ano de 1903, a Biblioteca Pública no Paraná publica o seu primeiro *Catálogo da Bibliotheca Publica do Paraná*⁹, elaborado a partir do levantamento realizado por Romário Martins neste mesmo ano. De acordo com o referido catálogo, a Biblioteca compunha-se de seis estantes de livros que estavam assim dispostos, conforme apresenta Schaffrath (2014):

- Na primeira estante estavam as obras de *Litteratura Nacional, Critica e Historia Litteraria, Classicos Gregos e Latinos*. Conforme destaca autora, nesta estante, das 128 obras disponíveis, 15 eram francesas e encadernadas em Paris.
- Na segunda estante da Biblioteca Pública estavam os livros de *Litteratura Extrangeira*. A maioria deles escrita em francês e também editada em Paris. Alguns escritos em alemão, editados na Alemanha e uns poucos nacionais editados no Rio de Janeiro, Recife ou mesmo em Londres¹⁰. O catálogo registra 87 obras nesta estante, das quais, 45 eram escritas em francês e encadernadas em Paris e as demais eram traduções brasileiras de obras estrangeiras e umas poucas escritas em espanhol (SCHAFFRATH, 2014).

⁸ Lei n. 14, de 7 de março de 1857. In: Straube (2006).

⁹ Catálogo da Bibliotheca Pública do Paraná. Curitiba: Livraria Economica Annibal Rocha e Cia. n. 1088, 1903. In: BPPR, catálogos, n. 01.

¹⁰ Halleweel (2012) afirma que dado o alto preço do papel tipográfico no Brasil, era comum a impressão de livros brasileiros em Londres em meados do século XIX.

- A terceira estante continha obras de *História Universal, Historia Geral, Historia de Portugal e Historia da America*. De acordo com Schaffrath (2014) boa parte desses livros era estrangeira, mormente francesa.
- Na quarta, quinta e sexta estantes estavam os *Dicionarios, Obras geraes e especiaes sobre Instrucção publica; e Direito e legislação e Religião*. Nesses grupos, conforme destaca a autora, havia igualmente muitas obras francesas e a maioria delas, encadernada em Paris.

A expressiva quantidade de livros estrangeiros na Biblioteca Pública é em parte decorrência de um movimento que ocorria em diversas cidades brasileiras. Conforme explica Hallewell (2012), no Brasil os livros que circulavam até meados do século XX eram em sua maioria estrangeiros, trazidos por encomenda, já que o mercado editorial brasileiro não dispunha de títulos científicos ou de áreas especializadas.

Também a esse respeito Bastos (2008), afirma que as editoras francesas de livros escolares no Brasil foram bastante presentes no século XIX. Segundo a autora, havia um projeto de expansão do comércio livreiro francês, que abria filiais em Portugal e Espanha que faziam chegar aos seus domínios coloniais ou as ex-colônias, os livros escritos na França por autores franceses. Conforme explica a autora, a chegada da Família Real e da Corte Portuguesa ao Brasil (1808) promoveu a difusão do modelo francês de cultura no Brasil, e então “o século XIX pode ser considerado como um século de francofonia por excelência, onde a nossa cultura absorveu tudo ou quase tudo o que se produzia na França”. (BASTOS, 2008, p.42).

Em relação aos livros como aportes dos modelos de ensino adotados no ensino secundário paranaense, atentamos para o fato de que o Colégio Pedro II no Rio de Janeiro era uma referência de padrões didáticos para esse nível de ensino em todos o Brasil (GASPARELLO, 2006; LORENZ, 1995; TOLEDO,2010), e neste caso também na questão da adoção de livros para uso escolar. De acordo com Lorenz (2004), o ensino de ciências nas escolas secundárias brasileiras se caracterizava pelo uso de livros-textos franceses, com destaque para aqueles escritos por autores de renome na área de educação. Já nas primeiras décadas do século XX, ainda que a tendência fosse aproveitar os livros franceses, inicia-se, segundo o autor, um movimento de produção nacional dos livros escolares.

Carvalho (2006) se refere à apropriação de modelos culturais considerando que os livros escolares expressam as condições de suas múltiplas determinações. De acordo com a autora, os livros ajudam a desenhar a história da escola como instituição assim como a de professores e alunos, que se forjam nas leituras, interpretações, lições e práticas escolares diversas a partir dos livros.

Nesse contexto, a dinâmica da produção, escolha, e uso do texto impresso para a escola paranaense moveu-se dentro de determinadas circunstâncias como ideologia, mercado, condições culturais e políticas. As apropriações de modelos e padrões estrangeiros, tanto quanto as peculiaridades regionais, foram se desenhando no ajuste de interesses institucionais, representados pelo Estado e a Congregação de professores (sem falar do “pequeno” poder dos professores em sala de aula).

Algumas conclusões

O percurso do livro em direção a escola foi um movimento iniciado na Europa ainda na Idade Média. A própria instituição escolar tem sua história marcada pelo trânsito do livro enquanto aporte de programas e conteúdos de ensino. Neste sentido, o processo de didatização do livro e a universalização do ensino em escolas públicas são histórias de muitos encontros ao longo dos últimos séculos. O protagonismo do livro no processo de generalização do ensino de massas se revela a medida que ele, o livro, é chamado pela escola e em seu entorno giram pedagogias, mercado, poderes e apropriações de ideias.

Em relação a trajetória do livro na escola e particularmente na escola secundária paranaense destacamos algumas questões fundamenais como a autoria, a submissão, a guarda e difusão da leitura dos textos para fins escolares. A partir de onde se entende que os dispositivos sociais e culturais para a dinâmica dos livros em meio escolar, exercem articuladamente suas funções.

Evidenciamos a ascendência dos modelos da cultura francesa nos modos burgueses da sociedade brasileira do período. A abundância de obras francesas no acervo das bibliotecas no Brasil, e particularmente no Paraná, foi trazida aqui como um movimento de ajuste de perspectivas pedagógicas e ideológicas mais difundidas na Europa, e de inserção no mundo letrado e “adiantado” pela instrução. Contudo, ainda

que de início fique evidente a tendência em valorizar a produção intelectual europeia, o circuito do livro na escola brasileira também esteve marcado pelas tentativas de uma produção regional que valorizasse o momento de instruir a construção de identidades nacionais sob as luzes da República. E que do mesmo modo, desse conta igualmente de atender a questões regionais.

O Paraná, mais especificamente a capital onde se instalaram as primeiras escolas secundárias, participava também desta espécie de reverência às obras e autores estrangeiros, com mais frequência os franceses. O francês era língua ensinada nas instituições escolares em todo o mundo, seus autores e sua Pedagogia assumiam a liderança entre as propostas mais difundidas nos meios escolares. Contudo, a apreensão do movimento do livro didático nas escolas curitibanas, vai além do entendimento destes como reprodutores da cultura dominante, mas como processo e espaço de perspectivas pedagógicas para o ensino escolar e ai sim, sob determinadas condições sociais e ideológicas.

A tendência ou a predileção fazem uma fronteira muito tênue com o controle, quanto mais em se tratando de textos autorizados para a formação de escolares. A seleção dos livros que poderiam ser usados, certamente preferia outros que não poderiam ser usados pelos professores e alunos nas escolas, era papel da Congregação da Escola Normal e do Gymnasio Paranaense.

Na Escola Normal de Curitiba e no Gymnasio Paranaense, entre o final do século XIX e os primeiros anos do XX, a escolha dos livros, conforme vimos, era presidida por uma série de consensos para que a obra pudesse circular entre professores e alunos. Esses consensos estavam expressos também nas submissões das obras à aprovação da Congregação que procedia a seleção por meio das precrições de certos livros e das proibições de outros. Em termos de tutoria do que deveria ser lido, considera-se também o acervo da Biblioteca Pública. Esse mecanismo de organizar, guardar, expor e emprestar os livros era mais um consenso que se criou em torno das leituras autorizadas para o meio escolar.

Queremos aqui abrir um *parêntesis* para expor o entendimento de que o fato dos livros que circulavam (e circulam) nas escolas sofrerem controle ou tutoria de instituições como o Estado e a Congregação de professores, não significa que a leitura, o uso e a interpretação estejam também circunscritos. Ainda que questões ideológicas, políticas e administrativas sejam subsidiárias da existência e circulação do livro na

escola, compreendemos o indivíduo como protagonista da assimilação das ideias trazidas pelos textos.

Enfim, a pesquisa que estamos desenvolvendo explorou até aqui esses elementos. Na certeza de que outros tantos como os conteúdos e as próprias cadeiras que recebiam o suporte teórico dos livros, os professores como agentes dos processos de formação com e sem o livro didático, os autores, as impressões e o mercado do livro no Paraná são outros temas fundamentais para se compreender o processo de circulação dos livros no ensino secundário paranaense.

Referências

Fontes documentais:

Setor de Patrimônio do Colégio Estadual do Paraná.

- Actas da Congregação do Gymnasio Paranaense e Escola Normal, 1896.
- Actas da Congregação do Gymnasio Paranaense e Escola Normal, 1899.
- Actas da Congregação do Gymnasio Paranaense e Escola Normal, 1902.
- Actas da Congregação do Gymnasio Paranaense e Escola Normal, 1904.
- Actas da Congregação do Gymnasio Paranaense e Escola Normal, 1906.

Arquivo público do Estado do Paraná

- Lei n. 14, de 7 de março de 1857.
- Lei n.º 894 de 19 de abril de 1909.

Biblioteca Pública do Paraná

- Catálogo da Bibliotheca Pública do Paraná. Curitiba: Livraria Economica Annibal Rocha e Cia. n. 1088, 1903. In: BPPR, catálogos, n. 01.

Fontes bibliográficas:

BASTOS, M H. C. Manuais escolares franceses no Imperial Colégio de Pedro II (1856-1892). In: **Rev. História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 26 p. 39-

58, Set/Dez 2008. Disponível em:< <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>>. Acesso em 17/12/2014.

BITTENCOURT, C. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-7022004000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 12/ 2014.

_____. **Livro didático e saber escolar** (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

CARVALHO, M.M.C. Livros e revistas para professores: Configuração material do impresso e circulação internacional de modelos pedagógicos. In: PINTASSILGO, at al. **História da escola em Portugal e no Brasil**: Circulação e apropriação de modelos culturais. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

_____. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): Livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTTA, Marcus L. A. (Org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2007, P. 17-40.

CHARTIER. R. **A ordem dos livros**. Lisboa: Veja/Passagens, 1997.

COSTA, E. V. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6ed. São Paulo: UNESP, 1999.

FEBVRE, L.; MARTIN, J.H. **O aparecimento do livro**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

GASPARELLO, A. M. **Construtores de Identidades**: A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

_____ Traduções, apostilas e livros didáticos: ofícios e saberes na construção das disciplinas escolares. In: **Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH**, Rio de Janeiro, 2006.

HALLEWELL, L: **O livro no Brasil: sua história**, São Paulo, T. A. Queiroz/Edusp,2012.

HÉBRARD,J. A escolarização dos saberes elementares na época moderna. In:

Revista Teoria e Educação, v.2, p. 65-1110, 1990.

[HOBSBAWM](#), E. **A Era das Revoluções - 1789-1848**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

LAJOLO, M. Livro Didático: um (quase) manual de usuário. In: **Em Aberto**, vol. 16, n.69, jan/mar 1991.

LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo:Ática,1999.

LORENZ, Karl M. Os livros didáticos de Ciências na Escola Secundaria Brasileira: 1900 a 1950. **Educar em Revista**, [S.l.], n. 10, p. 71-79, abr. 2014. ISSN 0104-4060. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/educar/article/view/36042>>. Acesso em: 03/01/2015

MADEIRA, A. I. **Ler, Escrever e Orar: uma análise histórica e comparada dos**

discursos sobre a educação, o ensino e a escola em Moçambique, 1850–1950. Tese de Doutorado em Ciências da Educação (Educação Comparada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (2007).

MIGUEL, M.E.B A Escola Normal do Paraná: Instituição formadora de professores e educadora do povo.In: ARAÚJO, J. C. S.; FREITAS, A. G. B.F.; LOPES, A. C. (orgs.) **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Curso de Pós-Graduação em História e Filosofia da Educação Pontifícia Universidade de São Paulo, 1997.

TOLEDO, M.A.L.T. A disciplina de História no Paraná: Compêndios escolares, ensino secundário e formação de elites intelectuais. In: **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 38, p. 269-291, set./dez. 2010. Editora UFPR.

_____. **A disciplina de História no Paraná: os compêndios de História e a História ensinada (1876-1905)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.

SCHAFFRATH, M.A.S. **Os livros didáticos na Escola Normal de Curitiba (1876-1920): entre a universalidade e as singularidades da circulação da literatura pedagógica**. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2014.

STRAUBE, E. C. **A Bibliotheca Pública do Paraná: Sua história**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

XAVIER, M. E. S. P. **Poder político e educação de elite**. 3 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1992.